



UC/FPCE—2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Confiança interpessoal e Esperança: Estudo da
sua relação numa amostra de adolescentes**

Catarina Costa Lóios (e-mail: catarina_loios@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Educação,
Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da
Professora Doutora Graciete Franco-Borges

Confiança interpessoal e Esperança: Estudo da sua relação numa amostra de adolescentes

Resumo: O presente estudo pretende analisar a confiança interpessoal nos seus níveis totais, nos seus diferentes alvos- *pai, mãe, pares, par amoroso e professor*, e bases- *fidelidade, honestidade e confiança emocional* em relação com a esperança. São ainda analisadas diferenças na confiança interpessoal e na esperança atendendo a variáveis sociobiográficas- género e estrutura familiar.

Na recolha de dados foram utilizadas os seguintes instrumentos: *Crenças Generalizadas de Confiança-Adolescência tardia- CGC-A*, adaptação portuguesa da *Generalized Trust Beliefs-Late Adolescents - GTB-LA*; e *Children's Dispositional Hope Scale*.

Foi realizado o estudo psicométrico dos instrumentos, tendo em conta a sua consistência interna.

A amostra utilizada é composta por 157 sujeitos, com idades entre os 12 e os 16 anos, a frequentarem o 3º ciclo de escolaridade em duas escolas situadas em Coimbra e Vila Nova de Milfontes.

Os resultados evidenciaram correlações positivas e significativas entre a confiança interpessoal e a esperança, a confiança nos pares e a esperança, e entre as bases da confiança interpessoal *honestidade e fidelidade e a esperança*. Foram encontradas diferenças nos níveis de confiança interpessoal atendendo ao género dos sujeitos e nos níveis de esperança atendendo à estrutura familiar. Por último, foi possível confirmar o papel preditor da confiança interpessoal na esperança.

Palavras chave: confiança interpessoal; esperança; variáveis sociobiográficas.

Interpersonal Trust and Hope: Study of their relationship in an adolescente sample

Abstract: This study aims to analyse the interpersonal trust in its overall levels, in its different targets- *father, mother, peer, romantic partner* and *teacher*, and in its bases- *reliability, honesty* and *emotional trust* in relation with hope. The differences in interpersonal trust and hope according to socio-biographical variables- gender and family structure, are also analysed.

For data collecting, the following instruments were used: *Crenças Generalizadas de Confiança-Adolescência tardia- CGC-A*, portuguese adaptation of *Generalized Trust Beliefs-Late Adolescents - GTB-LA*; and *Children's Dispositional Hope Scale*.

The psychometric study of the instruments was conducted by exploring their internal consistency.

The sample consists of 157 subjects, aged between 12 and 16 years old, attending two schools located in Coimbra and Vila Nova de Milfontes.

The results showed positive and significant correlations between interpersonal trust and hope, trust in peers and hope, and between the bases of interpersonal trust *honesty* and *reliability* and hope. Differences were found in interpersonal trust levels taking into account the gender of the subjects and in hope levels given the family structure. Finally, it was possible to confirm the predictive role of interpersonal trust in hope.

Key Words: interpersonal trust; hope; social- biographical variables.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Graciete Franco-Borges, pela disponibilidade, pela compreensão, pelo rigor e pelos conhecimentos partilhados.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Maria da Luz Vale-Dias por acompanhar o decorrer desta dissertação

Aos Diretores das escolas Rainha Santa Isabel, em Coimbra e Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes, por terem permitido a recolha da amostra. Aos diretores de turma, professores, pais e educandos, pela disponibilidade.

À Mariana Carvalho pela disponibilidade e pelo apoio que me permitiram superar obstáculos.

À Inês e à Carla pelas partilhas e entajuda ao longo deste ano.

Aos meus amigos de Coimbra- á Mariana, à Filipa, à Inês, ao Júlio, à Lana e à Jéssica, por serem pessoas especiais, por todas as aventuras, pelos bons e maus momentos e por me terem ajudado a crescer.

Ao Válder pela paciência, pelo incentivo e carinho. À Luana, por me fazer acreditar que eu consigo ir mais longe.

À minha família pelo amor, pela ajuda em todos os momentos.

Por último, à minha mãe e ao meu irmão, por sempre esperarem por mim a cada regresso a casa, pelo amor incondicional e por me tornarem uma pessoa melhor.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual	2
1. Confiança interpessoal.....	2
1.1. Confiança interpessoal durante a infância e a adolescência	4
1.2. Confiança Interpessoal: Teoria e Modelo de Rotenberg	7
2. Esperança.....	7
2.1. Esperança em crianças e adolescentes	9
2.2. Teoria da Esperança de Snyder.....	11
II – Objectivos	13
III - Metodologia	14
1. Análise preliminar e procedimentos	14
2. Amostra: Descrição	15
3. Instrumentos	18
3.1. Questionário Sociobiográfico	18
3.2. Crenças Generalizadas de Confiança-Adolescência tardia (CGC-A).....	19
3.3. <i>Children's Dispositional Hope Scale</i>	20
IV - Resultados	20
1. Análise Descritiva	20
2. Análise Inferencial.....	22
V – Discussão	26
VI – Conclusões	30
Bibliografia.....	32
Anexos.....	41

Introdução

O presente estudo incide na exploração da relação entre as crenças de confiança interpessoal e a esperança numa amostra de adolescentes a frequentar o 3º ciclo de escolaridade. A adolescência implica uma alteração na natureza das relações experienciadas pelo jovem e, por isso, a confiança nos outros desempenha um papel essencial neste período (Randall, Rotenberg, Totenhagem, Rock e Harmon, 2010). A esperança – conjunto de ações, pensamentos e sentimentos que mudam ao longo do tempo (Dufault & Martocchio, 1985, citado em Esteves, Scoloveno, Mahat, Yarcheski, & Scoloveno, 2013). A presente investigação propôs-se ainda analisar o papel de algumas variáveis sociobiográficas nos níveis de Confiança Interpessoal e de Esperança, designadamente o género e a estrutura familiar.

O presente trabalho terá a seguinte estrutura: I)- Enquadramento conceptual, onde se procede a uma revisão das principais teorias e investigações prévias em torno dos constructos alvo do nosso estudo, designadamente sobre as *Crenças de Confiança Interpessoal*, à luz da Teoria e Modelo de Rotenberg e colaboradores (1994), e a *Esperança*, atendendo à Teoria da Esperança de Snyder (1991); Seguem-se os pontos relativos aos II) Objetivos e Hipóteses da Investigação e à III) Metodologia e Procedimentos, onde são descritos os instrumentos utilizados e os procedimentos subjacentes à recolha dos dados; No ponto IV) - Resultados, é feita a apresentação sumária dos principais resultados obtidos e no ponto V)- Discussão, os dados apurados são discutidos à luz dos dados da investigação prévia; No ponto VI) - Conclusão, são apresentadas as principais conclusões da presente investigação e procede-se a uma breve reflexão em torno de algumas implicações teórico-práticas, das limitações do estudo realizado e de possíveis investigações futuras.

I – Enquadramento conceptual

1. Confiança interpessoal

A confiança é um conceito que foi alvo de inúmeras definições ao longo das últimas décadas (Bernath & Feshbach, 1995). Segundo uma abordagem dinâmica, pode ser definida como o senso básico de fé que um indivíduo tem em si mesmo e nos outros (Erikson, 1950, citado em Bernath & Feshbach, 1995). Esta confiança seria construída durante a infância, através do processo de desenvolvimento da autorregulação das funções corporais internas e da consciência do controlo pessoal sobre objetos reconfortantes externos (Erikson, 1950, citado em Bernath & Feshbach, 1995).

Apesar de alguns estudos contemporâneos sobre a confiança (Earl, 1987; Frank-Lin, Janoff-Bulman, & Roberts, 1990; Ginsburg, 1992) terem emergido na sequência do trabalho de Erikson e da sua abordagem dinâmica do desenvolvimento pessoal, a maioria das pesquisas em torno da confiança interpessoal acabaram por ser influenciadas pela abordagem cognitiva do comportamento (Bernath & Feshbach, 1995).

A Teoria da Aprendizagem Social de Rotter (1954) tem sido particularmente influente na promoção de uma visão da *confiança* como um fenómeno cognitivo aprendido (Bernath & Feshbach, 1995). Neste sentido, a confiança reflectiria a crença de que as palavras, ações e honestidade de um indivíduo, bem como a sua capacidade de manter confidencialidade, poderiam ser invocadas em diversos contextos (Rotter, 1967). Rotter (1967) defende que a exposição repetida à fiabilidade das palavras ou promessas de outra pessoa conduzirá o sujeito à expectativa de que o parceiro social mantenha a sua palavra ou promessa no futuro. Esta expectativa acabaria por ser alargada a outros parceiros sociais, dando origem à confiança interpessoal generalizada.

Os primeiros estudos sobre a confiança não incidiram apenas na sua definição, mas também na operacionalização da sua avaliação, designadamente enquanto expectativa da criança relativamente ao seu grupo de pares (Bigelow, 1977; Furman & Bierman, 1984). Estes estudos iniciais verificaram alterações associadas à idade relativamente ao significado e à expressão da confiança. Deste modo, uma teoria compreensiva da confiança

deverá integrar o desenvolvimento da sua estrutura, do seu foco e das suas manifestações emocionais, cognitivas e comportamentais (Bernath & Feshbach, 1995).

A evolução dos estudos nesta área originou múltiplas formulações de diversas formas de confiança. Earl (1987, citado em Bernath & Feshbach, 1995) identificou três tipos de confiança: a confiança nos outros, em conformidade com a abordagem de Rotter; a confiança em si-próprio, que remete para a auto-eficácia ou competência pessoal em ambientes sociais, consistente com o modelo de Bandura (1977); e a autoconfiança, definida como a crença na capacidade pessoal de cumprir uma tarefa numa área específica. De acordo com Righetti e Finkenauer (2011), a confiança interpessoal é um fenómeno que exige uma expectativa positiva em relação a outra pessoa (variável cognitiva), baseia-se num vínculo emocional (variável afetiva) e expressa-se através de ações concretas (variável comportamental), envolvendo geralmente três condições: interdependência, risco e liberdade de escolha. Bernath e Feshbach (1995) definiram a confiança segundo uma abordagem compreensiva, integradora e desenvolvimental, considerando-a como uma característica complexa da personalidade, envolvendo a interação entre variáveis cognitivas e afectivas, conscientes e pré-conscientes, racionais e não-racionais.

As abordagens contemporâneas refletem um maior rigor científico na avaliação da cognição social sobre a confiança, além de se debruçarem sobre o seu desenvolvimento e sobre os seus correlatos. Contudo, persistem algumas questões sobre os seus antecedentes e desenvolvimento, bem como sobre os seus componentes cognitivos, afectivos, comportamentais e sociais (Bernath & Feshbach, 1995).

Os componentes que têm sido considerados mais importantes para a experiência de confiança são a *partilha de confidências* e a *fiabilidade ou fidelidade* (Bernath & Feshbach, 1995; Hestenes, 1997; Hestenes & Berndt, 1997a, 1997b; Imber, 1973; Rempel, Holmes, & Zanna, 1985; Rotter, 1967; cf. Chu & Way, 2004).

Verifica-se um certo consenso em torno do papel que a confiança desempenha nas relações sociais, na formação e manutenção de amizades (Rotenberg, 1991, citado em Rotenberg 2001), nos relacionamentos amorosos (Lam, 1998, citado em Rotenberg, 2001) e em contextos

profissional e/ou organizacional (Kramer & Tyler, 1996, citado por Rotenberg, 2001).

Na sequência deste reconhecimento do impacto da confiança nas relações interpessoais, diversos estudos correlacionaram a confiança interpessoal com outras variáveis sociais, cognitivas e afetivas. Uma investigação realizada com 302 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos, que pretendeu verificar associações entre as variáveis aceitação-rejeição parental percebida e a confiança interpessoal no par amoroso, concluiu que ambas as variáveis estão relacionadas (Santos, 2014). Desta forma, níveis mais elevados de aceitação parental percebida revelaram-se associados a níveis mais elevados de confiança interpessoal no par amoroso. Esse mesmo estudo procedeu ainda à verificação da associação entre algumas variáveis sociobiográficas e a confiança interpessoal no par amoroso, não se tendo verificado associações significativas.

Diversos autores consideram que um mundo sem confiança seria bastante mais empobrecido, doloroso, vazio, e selvagem (Hollis, 1994; Shultz, 2007; Simmel, 2011, cf. Szcześniak, Colaço, & Rondón, 2012).

Em suma, a confiança interpessoal constitui um conceito transdisciplinar que tendo vindo a ser estudado e analisado em diversas áreas de estudo, sendo reconhecida a sua pertinência e significância (McKnight & Chervany, 2006; Sztompka, 2007). O interesse académico por este conceito tem aumentado nos últimos anos, sobretudo entre cientistas políticos e sociólogos, que temem que, enquanto sociedade, estejamos a experienciar um défice ao nível da confiança (Putnam, 2000, citado por Flanagan, 2003).

1.1. Confiança interpessoal durante a infância e a adolescência

Os estudos realizados em torno da confiança interpessoal são escassos durante a infância e, sobretudo durante a adolescência. Numa pesquisa feita na *PsychINFO database* em julho de 2011 (cf. Szcześniak et al., 2012) foram encontradas 17035 publicações no âmbito da confiança, contudo, apenas 150 se referiam especificamente à confiança interpessoal durante a infância e 88 ao período da adolescência.

Na média infância (7-12 anos) os pais continuam a ter uma grande

influência na cognição social e no comportamento da criança mas, simultaneamente, a escola, o grupo de amigos e o grupo de pares (principalmente do mesmo sexo) ganham importância. Durante este período, a honestidade da criança, a sua confiabilidade e a sua confiança emocional, apesar de ainda influenciadas pelo comportamento e crenças de confiança dos pais, passam a ser progressivamente mais influenciadas pelo grupo de pares e amigos do mesmo sexo. Devido ao aumento da intimidade dos relacionamentos com o grupo de pares e de amigos, a base emocional da confiança desenvolve-se significativamente durante este período (Rotenberg, 2001)

Durante a adolescência (13-19 anos), o desenvolvimento moral e sexual dos jovens, o aumento da sua capacidade para compreender conceitos abstractos e o seu envolvimento em redes sociais mais amplas resultam em alterações ao nível da confiança. A confiança dos adolescentes estende-se ao domínio da sexualidade e começa a incluir domínios sociopolíticos e morais relacionados com grupos mais amplos (Colby & Kohlberg 1987, citado por Rotenberg 2001).

Rotenberg (2001) salienta que os níveis de confiança do sujeito podem variar de acordo com o alvo em estudo. Neste sentido, um estudo realizado com uma amostra de sujeitos entre os 9 e os 11 anos concluiu que existem diferenças significativas entre os níveis de confiança em função de diferentes alvos, tendo-se verificado que o grupo-alvo de maior confiança era a mãe, seguido do pai, do amigo e, por último, do professor (Cardoso, 2012).

Furman e Buhrmester (1985) verificaram que os sujeitos entre os 11 e os 13 anos experienciam diferenças na qualidade das suas relações em função do parceiro com quem interage. Especificamente, a relação da criança com a mãe e os amigos é habitualmente caracterizada por uma maior intimidade, comparativamente à que mantém com os professores, de um cariz mais instrumental.

Bowlby (1969) evidencia a importância das relações familiares na construção da confiança, defendendo uma interligação entre o nível de confiança nos outros e as relações de vinculação precoce. Deste modo, quando as interações entre a criança e os seus cuidadores são pautadas pelo afeto e pela segurança, a criança aprenderia a confiar. A avaliação empírica

destes pressupostos evidenciou uma correlação positiva entre os níveis de confiança no contexto dos relacionamentos familiares ao longo da infância e os experienciados durante a adolescência e a idade adulta.

O contexto escolar desempenha igualmente um papel extremamente importante no desenvolvimento da confiança interpessoal, verificando-se mudanças no grau de importância dos relacionamentos entre pais e filhos, pais e professores e entre o grupo de pares ao longo do desenvolvimento do sujeito. Nesse sentido, a confiança construída entre os pais e os professores influenciará gradualmente o relacionamento entre os alunos e os professores (Bryk & Schneider, 2002). No mesmo sentido, Snyder (1994, citado por Szczesniak et al., 2012), que estudou extensivamente o tema da esperança, salienta que, no contexto educacional, a relação de confiança é construída a partir da crença do aluno de que os professores procuram o que é melhor para si próprio. Um outro estudo, realizado com uma amostra de 190 sujeitos portugueses entre os 13 e os 17 anos, concluiu que as crenças mais elevadas de confiança nos professores estão associadas a níveis mais baixos de solidão, não se tendo verificado uma diferenciação do nível de confiança em função do género (Marques, 2014).

As experiências da criança/adolescente junto do seu grupo de pares são essenciais no desenvolvimento da sua personalidade e da sua socialização (Harris, 1995). Com efeito, diversos estudos empíricos demonstram que o grupo de pares constitui uma fonte significativa de confiança interpessoal entre crianças e adolescentes (Szczesniak, et al., 2012).

Rotenberg, Boulton e Fox (2005b) identificaram uma associação linear negativa entre a confiança no grupo de pares e o desajustamento internalizado, a partir de um estudo longitudinal com sujeitos entre os 9 e os 11 anos. Além disso, as crianças que demonstraram níveis de confiança extremos - muito altos ou muito baixos - demonstraram um índice mais elevado de desajustamento internalizado. Outras investigações com crianças encontraram correlações positivas entre a confiança e alguns comportamentos pró-sociais como a ajuda (Rotenberg et al. 2005b) e a cooperação (Rotenberg, MacDonald, & King, 2004). No entanto, a investigação da relação entre as crenças de confiança da criança, a interacção interpessoal com os pares e o desajustamento internalizado tem revelado

uma importante limitação subjacente ao facto de apenas um pequeno número de comportamentos sociais ter sido examinado (Rotenberg et al. 2014)

Rotenberg (1994) investigou a relação entre a solidão e a confiança, tendo verificado que a solidão percebida está negativamente associada à confiança interpessoal nos seus diferentes domínios.

1.2. Confiança Interpessoal: Teoria e Modelo de Rotenberg

A análise da confiança interpessoal desenvolvida ao longo do presente trabalho privilegiou o modelo desenvolvido por Rotenberg (1994, 2001), que partiu das seguintes variáveis: três bases, dois domínios e duas dimensões alvo. As três bases da confiança interpessoal correspondem à a) *fidelidade*, que se refere ao nível de cumprimento da palavra ou promessa feita a outrem (Betts, Rotenberg, & Trueman, 2009); b) *confiança emocional*, que depende do julgamento pessoal acerca do grau em que o outro se abstém de causar dano emocional, é receptivo a revelações pessoais e mantém a confidencialidade das mesmas, abstendo-se de críticas e de atos que provoquem constrangimento (Betts et al., 2009); c) *honestidade*, que reflete a crença na veracidade da palavra do outro e a expectativa de que o seu comportamento será dirigido por intenções benignas e não malignas (Betts et al., 2009).

Os domínios da confiança correspondem aos seguintes (Betts et al., 2009): a) *cognitivo/afetivo* - referente às crenças e atribuições relativas às três bases de confiança no outro ou em si, e à experiência emocional que acompanha as mesmas crenças ou atribuições; b) *comportamental* - referente à tendência do sujeito se comportar de forma fiável e honesta face aos outros (Rotenberg 1994, 2001). Finalmente, as dimensões alvo dizem respeito a qualidades específicas da pessoa-alvo de confiança/desconfiança, diferenciando-se em função da sua a)- *especificidade* – desde a generalização a um grupo até uma pessoa específica - e grau de b)- *familiaridade* - desde o não familiar ao familiar (Rotenberg 1994, 2001)

2. Esperança

A esperança é encarada pela sociedade atual como um fator positivo,

contudo, ao longo da história nem sempre houve uma opinião unânime. A tradição Cristã e Judaica encaram a esperança como uma virtude, juntamente com a fé e a caridade (Muyskens, 1979, citado por Snyder, 2000). Martin Lutero e São Paulo consideravam a esperança e o amor como as essências do que é bom na vida (Snyder, 2000). Sófocles, por outro lado, retratou a esperança como um ponto fraco do ser humano, que apenas serviria para prolongar o sofrimento e Eurípedes definiu-a como uma maldição sobre a humanidade (Snyder, 2000).

Na segunda metade do século XX, novas abordagens surgiram e nas décadas de 50 e 60, a esperança foi examinada numa perspectiva mais formal e científica. Psiquiatras e psicólogos chegaram ao consenso de que a esperança seria baseada nas expectativas positivas para o alcance de objetivos. Tilich (1965, citado por Snyder, 2000) tentou conciliar visões opostas concluindo que qualquer pessoa pode perder-se numa esperança insensata, mas a esperança genuína é algo raro e excelente. Erikson (1964, citado por Esteves et al., 2013) considera que a esperança é uma componente do processo desenvolvimental do ser humano. Estas novas abordagens, apesar de promissoras, não captaram o interesse da comunidade científica, que continuou cética relativamente ao conceito de esperança.

Nos anos 70 surgiram inúmeros estudos psicológicos relacionados com *stress*, *coping* e doença. A investigação sugeria que pensamentos e sentimentos negativos estariam relacionados com indicadores mais baixos de saúde, coping e recuperação médica (Cohen, 1979, Cohen & Lazareus, 1979, citado por Snyder, 2000). Nesta sequência, alguns autores (Cousins, 1976; Frank, 1975; Simonton et al, 1978, citado por Snyder, 2000), defenderam que, atendendo à relação entre os pensamentos, as emoções negativas e a saúde, os processos positivos- como a esperança- constituiriam um bom alvo de estudo para a análise das suas implicações positivas.

Nos anos 70 e 80, diversos investigadores de diferentes áreas desenvolveram teorias sobre a esperança. Como muitas vezes acontece numa nova área de estudo, nem sempre os investigadores estavam cientes do trabalho dos outros, sendo escassas as referências comuns. Deste modo, nenhuma das teorias prevaleceu durante um longo período de tempo (Snyder, 2000). Dufault e Martocchio (1985), concetualizaram a esperança como um constructo multidimensional e complexo de pensamentos,

emoções e ações que se modificariam ao longo do tempo. A dimensão temporal da esperança originou a sugestão de que a mesma estaria na base de um impulso desenvolvimental, manifestando características únicas nas diferentes etapas do ciclo vital.

No final do século XX foi dado um importante contributo para o estudo da esperança na sequência das investigações de Snyder, Irving e Anderson (1991). De acordo com a sua definição tornada clássica, a esperança expressa-se através de uma perceção generalizada de que os objetivos podem ser alcançados (Ribeiro, Pedro, & Marques, 2006), podendo derivar de um constructo estável da personalidade (traço) ou de uma condição contextual temporária (estado) (Lopez, Snyder, Magyar-Moe, Edwards, Pedrotti, Janowski & Pressgrove, 2004, cf. Ritter, 2011).

2.1. Esperança em crianças e adolescentes

Existem poucos estudos que investiguem a natureza da esperança, bem como a sua correlação com outras variáveis, entre sujeitos em idade escolar (Guilman & Doodley, 2006). Considerando a escassez de pesquisas feitas entre a população adolescente, continua pouco clara a forma como diversas variáveis psicológicas e psicoeducativas estão correlacionadas com a esperança (Guilman & Doodley, 2006).

Hinds (1984) define a esperança durante a adolescência como uma crença reconfortante e essencial de que há um futuro pessoal positivo.

Diversos estudos têm vindo a verificar resultados contraditórios quanto à diferenciação da esperança em função do género durante a adolescência, sugerindo a prossecução da investigação neste domínio (Esteves et al., 2013). Em dois estudos realizados junto de adolescentes saudáveis, não foram encontradas diferenças nos níveis de esperança entre rapazes e raparigas (Day & Padilla-Walker, 2009; Vacek et al., 2010, citado por Esteves et al., 2013). Contudo, o estudo de Hendricks e colaboradores (2000) concluiu que as raparigas apresentavam níveis de esperança mais elevados do que os rapazes, enquanto Venning e colaboradores (2009) concluíram o oposto, tendo verificado que os rapazes revelavam níveis mais elevados de esperança.

Worrel e Hale (2001) investigaram a esperança num grupo de

adolescentes (14-18 anos) em risco de abandono escolar, concluindo que os que revelavam níveis mais elevados de esperança tinham menos probabilidade de abandonar a escola. Estudos realizados junto de alunos universitários evidenciaram correlações positivas entre a esperança e o desempenho escolar (Snyder, Shorey, & Rand, 2002b), o envolvimento em atividades extra curriculares (Curry, Snyder, Cook, Ruby, & Rehm., 1997), as atitudes face aos professores e o ambiente/clima emocional do contexto escolar (Snyder, 2002).

De acordo com um estudo de Guilman e Doodley (2006) realizado entre jovens (média de idades de 14,58), ambas as subescalas da esperança avaliadas com a *Children's Hope Scale* se revelaram forte e positivamente correlacionadas com o nível global de satisfação com a vida e com o ajustamento pessoal. Os jovens que, comparativamente aos seus pares, pontuaram mais baixo na *Children's Hope Scale* apresentaram resultados mais baixos em todos os indicadores adaptativos e resultados mais elevados em todos os indicadores de desadaptação. Estes resultados confirmam-se em estudos realizados com alunos universitários (Curry et al., 1997) e adultos (Chang, 2003 citado por Guilman & Doodley, 2006).

Verificou-se que a disponibilidade de uma rede de apoio se correlacionava positivamente com o nível de esperança em nove estudos diferentes com adolescentes (Barnum, Snyder, Rapoff, Mani, & Thompson, 1998; Edwards, Ong, & Lopez, 2007; Heaven & Ciarrochi, 2007; Mahat & Scoloveno, 2001; Mahat, Scoloveno, & Whelan, 2002; Mahon, Yarchesky, & Yarchesky, 2004; Vacek et al., 2010; Yarchesky, Scoloveno, & Mahon, 1994; Yarchesky, Mahon, & Yarchesky, 2001 – cf. Esteves et al., 2013).

A correlação positiva entre os níveis de esperança e de autoestima foi verificada em dez estudos diferentes (Barnum et al., 1998; Cantrell & Lupinacci, 2004; Carvajal, Clair, Nash, & Evans, 1998; Ciarrochi, Heaven, & Davies, 2007; Heaven & Chiarrochi, 2007; Hendricks, 1998; Ritchie, 2001; Simon, Barakat, Patterson, & Dampier, 2009; Swanston, Nunn, Oates, Tebbutt, & O'Toole, 1999; Vacek et al., 2010 – cf. Esteves et al., 2013).

Ciarrochi e colaboradores (2007) concluíram que a esperança é um preditor positivo do nível de afeto positivo e um preditor negativo do nível de problemas comportamentais a partir de um estudo longitudinal com 784 sujeitos no *Time 1* da investigação e 942 no *Time 2*, com uma média de

idades de 12.3 anos. De acordo com os autores, a esperança teria um impacto positivo no comportamento orientado para objetivos, permitindo predizer alguns indicadores, tais como o sucesso escolar ou o comportamento socialmente aceite.

2.2. Teoria da Esperança de Snyder

O presente trabalho tem como base a teoria da Esperança de Snyder (1991). De acordo com este autor, e como já acima referido, a esperança pode ser descrita como um sistema cognitivo-motivacional positivo, derivado da interação bem-sucedida entre (a) a energia dirigida para um objetivo ou finalidade (*agency*) e (b) o plano traçado para atingir o objetivo (*pathway*). Os pensamentos esperançosos refletem a crença de que é possível encontrar caminhos para os objetivos desejados, constituindo a base da motivação necessária para os percorrer (Snyder et al., 2002a).

Objetivos

Partindo do pressuposto de que toda a ação humana é orientada para objetivos, estes são as metas das sequências de ação mental e a âncora da teoria da esperança (Snyder 1994b; Snyder, Cheavens, & Sympson, 1997, citado por Snyder, 2000). De acordo com Coleridge (1912, citado por Snyder, 2000), a esperança sem um objetivo não existe.

De acordo com estudos realizados (Averill, Catlin, & Chon, 1990., 1990, citado por Snyder, 2000), a experiência da esperança está associada a condições em que a probabilidade de alcançar o objectivo desejado é intermédia. Desta forma, para existir esperança, é necessário que os objetivos estejam associados a alguma incerteza no que respeita à sua realização e sejam percecionados pelo sujeito como suficientemente valiosos para ocuparem o seu pensamento consciente (Averill et al., citado por Snyder, 2000).

Plano de ação

Pinker (1997, citado por Snyder, 2000) defende que o propósito do sujeito é compreender e antecipar sequências causais. Os planos de ação decorrem da capacidade pessoal percebida para gerar pelo menos uma rota

viável conducente à realização do objectivo visado (Snyder et al., 2002a). A capacidade do sujeito para gerar diversos planos de ação é extremamente importante aquando do confronto com obstáculos. Os níveis mais elevados de esperança produzem eficazmente planos de ação alternativos (Snyder et al., 1991). Desta forma, o plano traçado pelo sujeito para atingir os seus objetivos é essencial para pensamentos esperançosos bem-sucedidos (Snyder, 2000).

Pensamentos agenciais

O pensamento agencial constitui a componente motivacional segundo a teoria da esperança e pode ser definido como a capacidade percebida para utilizar um plano para a obtenção ou alcance da meta desejada (Snyder et al., 2002a). O pensamento agencial reflete a cognição do sujeito sobre o processo de iniciação e perpetração de um plano de ação até à consecução do objetivo visado. Os níveis mais elevados de esperança associam-se frequente a pensamentos agenciais, tais como *Eu consigo fazer isto* ou *Nada me vai parar* (Snyder et al., 1998, citado por Snyder et al., 2002a)

O pensamento agencial é essencial quando surgem obstáculos na realização do objetivo desejado, por gerar a motivação necessária para o investimento num plano de ação alternativo. (Snyder, 1994, citado por Snyder et al., 2002a).

Modelo da esperança

A teoria da esperança é conceptualizada a partir da consideração da história de aprendizagem do sujeito e da natureza do pré-acontecimento e suas consequências.

A história da aprendizagem está relacionada com a natureza/conteúdo dos pensamentos agenciais e dos planos de ação, remontando ao início da vida do sujeito. O bebé envolve-se muito precocemente em planos de ação, tentando perceber de que forma diferentes eventos se relacionam no tempo (Schulman, 1991, citado por Snyder et al., 2002a). Ao longo da infância este processo torna-se mais complexo e a criança começa a perceber que os eventos decorrem de uma relação de causalidade contínua, em que cada acontecimento explica o que se segue. Com aproximadamente um ano de idade, o bebé percebe que está separado de outras entidades- *nascimento*

psicológico - e que pode desencadear sequências de eventos – o *self* é percebido com um instigador causal. O *nascimento psicológico* e a percepção do *self* como instigador causal contribuem para o desenvolvimento da *agência* pessoal- energia motivacional dirigida para objetivos (Snyder et al., 2002a).

A etapa denominada pré-acontecimento consiste numa avaliação feita pelo sujeito acerca do valor dos resultados imaginados (Snyder et al., 2002a). Se os resultados que o sujeito pretende alcançar forem suficientemente importantes para justificar a prossecução da sua atenção mental, dá-se início à fase de análise da sequência de acontecimentos.

A sequência de acontecimentos é a fase em que os pensamentos agenciais e os planos de ação interagem (Snyder et al., 2002a). Às vezes, porém, este processo interativo pode levar o sujeito de volta à fase do pré-acontecimento, a fim de assegurar que o resultado pretendido continua a ser suficientemente importante. A interação entre os pensamentos agenciais e os planos de ação influencia o nível de sucesso na realização do objetivo.

Quando a realização/ou não realização de um objetivo se conclui, os pensamentos e emoções (positivos ou negativos) derivados do sucesso/insucesso alcançado funcionam como feedback, influenciando os pensamentos agenciais e planos de ação futuros do sujeito, bem como o valor atribuído aos resultados imaginados (Snyder et al., 2002a).

II – Objectivos

Atendendo à revisão bibliográfica feita previamente no presente trabalho, pode-se concluir que a confiança interpessoal e a esperança carecem de investigação e, sobretudo, investigação que relacione estas variáveis entre si. Neste sentido, um dos objetivos principais da presente investigação é contribuir para a exploração da relação entre os níveis de confiança interpessoal dos adolescentes em alvos específicos (pais, professores e pares) e a esperança. Este estudo pretende igualmente contribuir para a validação das adaptações portuguesas do *Children's Dispositional Hope Scale* (Paixão & Santos, 2008; Franco-Borges, 2014) e da *Generalized Trust Beliefs-Late Adolescents* (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014), considerando-se para o efeito algumas variáveis sociobiográficas.

As hipóteses da presente investigação decorrem da revisão dos estudos prévios sobre a confiança interpessoal e a esperança, sendo as seguintes:

H1- Existe uma relação positiva entre os níveis de confiança interpessoal e a esperança;

H.2- Existe relação positiva entre os níveis de confiança interpessoal nos seus diferentes alvos (pais, professores e pares) e a esperança;

H.3- Existe uma relação positiva entre as bases da confiança interpessoal (fidelidade, honestidade, confiança emocional) e a esperança;

H.4- Os níveis globais de a) confiança interpessoal e de b) esperança, variam em função do género;

H.5- Os níveis globais de a) confiança interpessoal e de b) esperança, variam em função da estrutura familiar (família intacta e família não intacta);

H. 6- A confiança interpessoal constitui um preditor da esperança.

III - Metodologia

1. Análise preliminar e procedimentos

A análise dos dados foi realizada com recurso ao IBM SPSS Statistics 2.0.

A amostra original é constituída por 157 sujeitos. Os *missing values* foram analisados de acordo com o critério de Pallant (2011), segundo o qual o não preenchimento de um mínimo de 10% dos itens dos instrumentos utilizados leva à exclusão de sujeitos. Não foi necessário proceder à exclusão de participantes contudo, nas análises realizadas o *N Value* assume diferentes valores devido a respostas omissas.

Na classificação dos valores de consistência interna, obtidos através do teste Alpha de Cronbach, utilizaram-se os critérios de Nunnally (1978): valores superiores a .90 são considerados excelentes, entre .80 e .90 são

bons; entre .70 e .80 são razoáveis; entre .70 e .60 são fracos, e menores que .60 são considerados inaceitáveis

Na classificação dos valores obtidos nos testes de correlações, utilizaram-se os critérios de Pestana e Gajreiro (2008), que sugerem que valores de r : menores que .2 indicam uma correlação muito baixa; entre .2 e .3 é considerada baixa; entre .4 e .69 é moderada; entre .7 e .89 é alta; e entre .9 e 1 é uma associação considerada muito alta.

2. Amostra: Descrição

O presente estudo utilizou uma amostra de 157 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. O critério para a seleção da amostra atendeu apenas à frequência do 3º ciclo - 7º, 8º e 9º anos - pelos participantes durante o ano letivo 2014/15 e a recolha foi realizada em duas escolas situadas respetivamente em Coimbra e em Vila Nova de Milfontes.

O consentimento Informado para a participação no presente estudo foi entregue aos Encarregados de Educação, uma vez que todos os participantes eram menores de idade. O protocolo foi administrado no terceiro período do ano letivo, conforme acordado com os diretores de turma.

Entre os 156 sujeitos (apenas 1 não respondeu), 80 são do sexo masculino (51.3%) e 76 do sexo feminino (48.7%) (cf. Tabela 1). Relativamente ao ano de escolaridade de frequência dos participantes, 83 frequentavam o 7º ano (53.2%), 43 o 8º ano (27.6%) e 30 o 9º ano (19.2%) (cf. Tabela 1). A nacionalidade da maioria dos participantes é portuguesa ($n=153 - 98.1\%$) e apenas 3 sujeitos são de outras nacionalidades (1.9%) (cf. Tabela 1). A idade cronológica dos participantes varia entre 12.2 e 16.8 - média $M= 13.77$; $DP= 0.978$ (cf. Tabela 2).

No que concerne ao agregado familiar dos sujeitos ($Valid N = 155$), 12 (7,7%) vivem com apenas um dos progenitores, 31 com a mãe e o pai (20%), 81 com a mãe, o pai e outros (52,3%), 22 com a mãe e outros (14,2%), 2 com o pai e outros (1,3%) e 7 (4,5%) sujeitos não pertencem ao agregado familiar dos progenitores (cf. Tabela 3). No que respeita ao nível socioeconómico das famílias ($Valid N= 95$) e tendo como referência as categorias criadas por Mário Simões (2000), 37 sujeitos (38.9%) inserem-se num nível socioeconómico baixo, 46 (48.4%) num nível socioeconómico

médio, 8 (8.4%) num nível socioeconómico alto e ambos os pais de 4 sujeitos (4.2%) estão desempregados (cf. Tabela 3).

Tabela 1. Distribuição da amostra por género, ano de escolaridade e nacionalidade

		Frequência (N= 156)	Percentagem %
Género	Masculino	80	51,3
	Feminino	76	48,7
Ano de Escolaridade	7º	83	53,2
	8º	43	27,6
	9º	30	19,2
Nacionalidade	Portuguesa	153	98,1
	Outra	3	1,9

Tabela 2. Distribuição da amostra por idade cronológica

	N	Min.	Max.	M	D.P
Idade Cronológica	154	12,2	16,8	13,78	0,98

Tabela 3. Distribuição da amostra por agregado familiar e nível socioeconómico da família

		Frequência	Percentagem %
Agregado familiar	Pai ou Mãe	12	7,7
	Pai e Mãe	31	20
	Pai, a Mãe e Outros	81	52,3
	Mãe e Outros	22	14,2
	Pai e Outros	2	1,3
	Outros	7	4,5
	Total	155	100
Nível Socioeconómico	Desempregado	4	4,2
	Nível Socioeconómico baixo	37	38,9
	Nível Socioeconómico médio	46	48,4
	Nível Socioeconómico elevado	8	8,4
	Total	95	100

No que respeita ao grau de escolaridade da figura paterna (*Valid N* = 137), 82 sujeitos concluíram um nível inferior ao 12º ano (59,9%), 31 obtiveram um grau equivalente ao 12º ano (22,6%), 6 referem ter um grau equivalente ao 12º ano, mas com diploma profissional específico (4,4 %), 5 frequentaram a faculdade sem conclusão da licenciatura (3,6%), 10 obtiveram uma licenciatura ou grau equivalente (7,3%) e 6 uma pós-graduação ou grau equivalente (2,2%) (cf. Tabela 4). Quanto à figura materna (*Valid N* = 146), 64 têm um grau de escolaridade inferior ao 12º ano (43,8%), 50 o equivalente ao 12º ano (34,2%), 7 o 12º ano com diploma profissional específico (4,8%), 5 frequentaram a faculdade sem término da

licenciatura (3,4%), 13 têm uma licenciatura ou grau equivalente (8,9%) e 7 uma pós graduação ou grau equivalente (4,8%) (cf. Tabela 4).

Relativamente à atual situação profissional da figura materna (*Valid N* = 153), 105 (68,6%) encontram-se empregadas a tempo inteiro, 25 (16,3%) empregadas a tempo parcial, 13 (8,5%) desempregadas e à procura de emprego e 10 desempregadas sem procurarem emprego (cf. Tabela 4). Quanto à figura paterna (*Valid N* = 147), 119 (81%) encontram-se empregados a tempo inteiro e 17 (11,6%) empregados a tempo parciais, 8 pais (5,4%) estão desempregados e à procura de emprego, 2 (1,4%) desempregados sem procurarem emprego e 1 (0,7%) numa outra situação não especificada (cf. Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição da amostra de acordo com as habilitações académicas e a situação profissional das figuras materna e paterna

		Figura Materna		Figura Paterna	
		N	%	N	%
Habilitações Académicas	Inferior ao 12º ano	64	43,8	82	59,9
	12º ano	50	34,2	31	22,6
	12º ano mais diploma profissional específico	7	4,8	6	4,4
	Frequência da faculdade mas sem conclusão da licenciatura	5	3,4	5	3,6
	Licenciatura ou grau equivalente	13	8,9	10	7,3
	Pós-graduação ou grau equivalente	7	4,8	3	2,2
	Total	146	100	137	100
Situação Profissional	Empregadas a tempo inteiro	105	68,6	119	81
	Empregadas a tempo parcial	25	16,3	17	11,6
	Desempregada e à procura de emprego	13	8,5	8	5,4
	Desempregada mas não à procura de emprego	10	6,5	2	1,4
	Outra	0	0	1	0,7
	Total	153	100	147	100

Tendo como referência a Classificação Portuguesa das Profissões do Instituto Nacional de Estatística (2010), é pertinente destacar que 30 sujeitos (36,1%) referem que a ocupação da sua figura paterna (*Valid N* = 83) é Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, 13 (15,7%) são Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores e 9 (10,8%) são Técnicos e profissões de nível intermédio (cf. Tabela 5). As figuras maternas (*Valid N* = 93), 34 (36,6%) são Trabalhadoras dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, 13 (14%) são Especialistas das atividades intelectuais e científicas, e 8 (8,6%) são Técnicas e profissionais de nível intermédio (cf. Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição da amostra de acordo com a profissão da figura paterna e materna (INE-Classificação Portuguesa das Profissões, 2010)

	Figura Materna		Figura Paterna	
	N	%	N	%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	5	5,4	4	4,8
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	13	14	6	7,2
Técnicos e profissões de nível intermédio	8	8,6	9	10,8
Pessoal administrativo	7	7,5	3	3,6
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores	34	36,6	13	15,7
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	1	1,1	1	1,2
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	3	3,2	30	36,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	7	7,5	10	12
Trabalhadores não qualificados	2	2,2	4	4,8
Desempregado	13	14	3	3,6
Total	93	100	83	100

Quando inquiridos sobre a pessoa que mais admiram e/ou respeitam no seu agregado familiar (*Valid N* = 135), 86 (63,7%) dos participantes referiram a figura materna e 49 (36,3%) a figura paterna (cf. Tabela 6). Quando inquiridos sobre que pessoa, no agregado familiar, costuma ter melhores ideias (*Valid N* = 145), 101 sujeitos (69,7%) indicaram a figura materna e 44 (30,3%) a figura paterna (cf. Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição da amostra de acordo com a figura familiar que mais admiram e com a que tem as melhores ideias

	Figura Materna		Figura Paterna		Total	
	N	%	N	%	N	%
Na tua família, quem é a pessoa que mais admiras ou respeitas	86	63,7	49	36,3	135	100
Na tua família, quem tem normalmente as melhores ideias	101	69,7	44	30,3	145	100

3. Instrumentos

3.1. Questionário Sociobiográfico

O questionário sociobiográfico utilizado no presente estudo é uma

adaptação portuguesa (Franco-Borges, 2008) do questionário de Rohner (2008). O instrumento contempla questões relacionadas com o contexto escolar e familiar dos sujeitos e com a situação profissional e socioeconómica das figuras parentais.

O questionário inclui ainda duas questões relacionadas com o poder e prestígio interpessoal no contexto familiar: “Na tua família, quem é que tem normalmente as melhores ideias que são seguidas pelos outros membros da família?” e “Quem é que tu mais admiras pessoalmente ou respeitas mais na tua família?”.

3.2. Crenças Generalizadas de Confiança-Adolescência tardia (CGC-A)

A escala *Crenças Generalizadas de Confiança-Adolescência tardia-CGC-A* (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014), é um instrumento de autorresposta e uma adaptação portuguesa do instrumento original *Generalized Trust Beliefs-Late Adolescents- GTB-LA* (Randall, Rotenberg, Totenhagen, Rock, & Harmon, 2010).

A *CGC-A* tem duas versões para serem respondidas, respetivamente, pelos sujeitos femininos e masculinos e avaliar as crenças generalizadas de confiança do sujeito em alvos específicos (pai, mãe, professores, pares e par romântico), em função das bases da confiança percebidos – níveis de fidelidade, confiança emocional e de honestidade de cada alvo considerado. O instrumento é constituído por 30 itens e em cada item o sujeito deverá colocar-se na posição de um adolescente, cujo nome está sublinhado, e responder de acordo com o que faria na situação descrita. Os 30 itens da escala dividem-se da seguinte forma: 2 itens por cada alvo e por cada base.

No que respeita às qualidades psicométricas, a versão original da escala (*GTB-LA*) tem apresentado boa consistência interna, com valores do alfa de Cronbach a oscilar entre .76 para a escala total, .67 para a base fidelidade, .62 para a base confiança emocional e .65 para a base honestidade (Rotenber, 2005)

3.3. *Children's Dispositional Hope Scale*

A adaptação para a língua portuguesa portuguesa do *Children's Dispositional Hope Scale* (Snyder, et. al, 1997; Lopez, Ciarlelli, Coffman, Stone, & Wyatt, 2000) foi realizada por Paixão e Santos (2008) e Franco-Borges (2014) e destina-se a sujeitos entre os 7 e os 16 anos.

A *Children's Dispositional Hope Scale* é constituída por 6 itens de auto-resposta que permitem avaliar a orientação para os objetivos e os pensamentos agenciais (Lopez et. Al., 2000). A escala abarca duas subescalas: a)- pensamentos agenciais (3 primeiros itens), que avalia a orientação ativa do sujeito relativamente aos seus objetivos e ao futuro; b)- planos de ação (3 últimos itens), avalia a capacidade do sujeito para alcançar os seus objetivos sob circunstâncias comuns ou extraordinárias. Os resultados de cada subescala podem variar entre 3 (resultado mais baixo) e 18 pontos (resultado mais elevado), e os resultados globais podem variar entre 6 e 36 pontos (Lopez et al., 2000). A aplicação da escala em diversas amostras (Snyder et al., 1997), indica uma média de esperança de aproximadamente 25 pontos para a escala total, e de 12,5 para cada uma das subescalas.

Relativamente às qualidades psicométricas, a escala original tem revelado uma boa consistência interna com valores do alfa de Cronbach que oscilam entre .72 e .86, com uma média de .77 (Snyder, et al., 1997).

IV - Resultados

1. Análise Descritiva

A análise descritiva revela que, relativamente aos níveis globais de Confiança Interpessoal, avaliados através do instrumento *CGC-A*, a média é 98.88 (D.P= 15.07), com uma variação de pontuação entre 71 e 150. Relativamente aos alvos, as médias foram as seguintes: Professor (M= 21,51; D.P= 3,58); Pai (M= 19,35; D.P= 3,94); Par amoroso (M=18,69; D.P= 4); Mãe (M= 20,38; D.P= 4,03); Par (M= 19,02; D.P= 3,54) (cf. Tabela 7). A média dos níveis globais de Confiança Interpessoal situam-se ligeiramente acima dos resultados encontrados num estudo realizado por Rotenberg *et al.* (2005) (M= 72,55; D.P= 13,02), enquanto as médias dos

alvos são semelhantes às verificadas nesse mesmo estudo (cf. Tabela 7)

Em relação aos níveis totais de Esperança, avaliados pelo instrumento *Children's Dispositional Hope Scale*, a média é 25,46 (D.P= 5,55), com as pontuações a variarem entre 12 e 36 (cf. Tabela 7). No que diz respeito à subescala Planos de Ação, a média é 12,47 (D.P= 3,21), e na subescala Pensamentos de Agência, a média é 12,94 (D.P= 2,84) (cf. Tabela 7). A média da escala total, bem como das duas subescalas são semelhantes aos resultados obtidos em investigações prévias (Snyder et al., 1997).

Tabela 7. Médias e Desvios-Padrão das variáveis em estudo (CGC-A e *Children's Dispositional Hope Scale*)

		N	M	DP	Min	Max
CGC-A	Confiança Interpessoal (0-150)	150	98.88	15.07	71	150
	Professores (0-30)	156	21.51	3.58	13	30
	Mãe (0-30)	156	20.38	4.03	11	30
	Pai (0-30)	157	19.35	3.49	11	30
	Pares (0-30)	153	19.03	3.54	11	30
	Par Amoroso (0-30)	156	18.69	4.00	9	30
Children's	Esperança Total (6-36)	153	25.46	5.55	12	36
Dispositional	Pensamentos de Agência (3-18)	156	12.94	2.84	7	18
Hope Scale	Planos de Ação (3-18)	154	12.47	3.21	5	18

Todos os resultados relativos às escalas e subescalas resultam da soma da cotação atribuída a cada item, revelando os níveis das variáveis avaliadas.

Os instrumentos avaliados traduzem bons níveis de consistência interna para os resultados globais, tendo em conta os valores do Alpha de Cronbach: .87 para a escala de Confiança Interpessoal *CGC-A* e .84 para a escala da Esperança *Children's Dispositional Hope Scale*. Na escala de Confiança Interpessoal, bem como nas suas três subescalas, os valores do Alpha de Cronbach são superiores aos obtidos por Rotenberg e colaboradores (2005) (cf. Tabela 8). As subescalas *honestidade* e *fidelidade* apresentam uma consistência razoável e a subescala *confiança emocional*, uma consistência fraca. As escalas em função dos alvos da *CGC-A* apresentam uma consistência interna fraca nos alvos *mãe*, *pai* e *par amoroso* e inaceitável nos alvos *professor* e *pares* (cf. Tabela 8). Os valores do Alpha de Cronbach oscilam entre .52 para o alvo *par amoroso* e .63 e para o alvo *professor* (cf. Tabela 8).

Tabela 8. Consistência Interna: CGC-A

Dimensões	α	Rotenberg (2005)
Honestidade	.71	.65
Fidelidade	.72	.67
Confiança Emocional	.68	.62
Mãe	.62	-
Pai	.61	-
Professor	.52	-
Par	.56	-
Par amoroso	.63	-
Total	.87	.76

No instrumento *Children's Dispositional Hope Scale*, as suas duas subescalas não deverão ser utilizadas separadamente, pelo que se procedeu à avaliação da consistência interna global (Snyder et al., 1997) – (cf. Tabela 9, que se revelou elevada).

Tabela 9. Consistência Interna: *Children's Dispositional Hope Scale*

	α	Snyder (1997)
<i>Children's Dispositional Hope Scale</i>	.84	.77

2. Análise Inferencial

De forma a cumprir os objetivos gerais do estudo e testar as hipóteses formuladas, procedeu-se à análise da relação entre as variáveis estudadas.

Os dados recolhidos através das escalas CGC-A e *Children's Dispositional Hope Scale* não obedecem aos pressupostos da normalidade (condição avaliada através do teste Kolmogorov-Smirnov), pelo que se procedeu à análise de associações através do *Coefficiente de Correlação de Spearman*, e à análise de diferenças entre grupos independentes através do *Teste U de Mann-Withney*. De forma a averiguar se os níveis totais de confiança são preditores dos níveis totais da esperança (hipótese 6), foi realizada uma Regressão Linear Simples com os scores totais obtidos por ambas as escalas.

Teste da Hipótese 1- Existe uma relação positiva entre os níveis de confiança interpessoal e a esperança

Os resultados obtidos confirmaram uma correlação positiva e significativa, ainda que muito baixa, entre os níveis totais das crenças de confiança interpessoal e os níveis totais de esperança ($rs = .183$, $p = .027$) - cf. Tabela 10), aceitando-se a Hipótese H1.

Tabela 10. Coeficientes de Correlação entre a escala CGC-A e a *Children's Dispositional Hope Scale*

<i>Children's Dispositional Hope Scale</i>		
	<i>rs</i>	<i>p</i>
CGC-A	.183*	.027

Teste da Hipótese 2- Existe relação positiva entre os níveis de confiança interpessoal nos seus diferentes alvos (pais, professores e pares) e a esperança

Os resultados obtidos confirmaram uma correlação positiva e significativa, ainda que baixa, apenas entre os níveis de Confiança Interpessoal no alvo Pares e os níveis totais de esperança ($rs = .247$, $p = .002$) - cf. tabela 11. Desta forma, níveis elevados de Confiança nos Pares estão associados a níveis mais elevados de Esperança, aceitando-se parcialmente a Hipótese H2.

Tabela 11. Coeficientes de Correlação entre os alvos da escala CGC-A e a *Children's Dispositional Hope Scale*

<i>Children's Dispositional Hope Scale</i>		
	<i>rs</i>	<i>p</i>
Confiança Interpessoal	.183*	.027
Total		
Pai	.138	.090
CGC-A		
Mãe	.134	.101
Professor	.123	.132
Par	.247	.002**
Par- amoroso	.134	.099

Teste da Hipótese 3- Existe uma relação positiva entre as bases da confiança interpessoal (fidelidade, honestidade, confiança emocional) e a esperança

De acordo com os resultados obtidos foi possível confirmar correlações positivas e significativas, embora muito baixas e baixas respetivamente, entre cada uma das crenças de *Fidelidade* ($rs= .179$, $p= .028$) e de *Honestidade* ($rs= .282$, $p= .000$) e os níveis totais de Esperança (cf. Tabela 12). Desta forma, as crenças de Fidelidade e de Honestidade – duas das três bases da confiança interpessoal no outro - parecem ter um papel significativo no nível de Esperança, aceitando-se parcialmente a Hipótese H3.

Tabela 12. Coeficientes de Correlação entre as bases da escala CGC-A e a *Children's Dispositional Hope Scale*

		<i>Children's Dispositional Hope Scale</i>	
		<i>rs</i>	<i>p</i>
CGC-A	Fidelidade	.179*	.028
	Honestidade	.282**	.000
	Confiança emocional	.011	.891

Teste da Hipótese 4- Os níveis globais da a) confiança interpessoal e da b) esperança variam em função do género

Tendo em conta os resultados obtidos, verificou-se a existência de diferenças significativas no nível global das Crenças de Confiança Interpessoal segundo o género ($U= 2106.5$; $p=.011$), no sentido do género feminino ter revelado uma média mais elevada, confirmando-se a Hipótese H4a). Por outro lado, a Hipótese H4b foi infirmada por não se ter verificado uma diferenciação do nível de Esperança em função do género (cf. tabela 13).

Tabela 13. Diferenças entre os totais das escala CGC-A e *Children's Dispositional Hope Scale* em função do género

	Género						μ	p
	Feminino			Masculino				
	N	M	D.P	N	M	D.P		
Confiança I. Total	74	101.19	14.40	75	96.84	15.45	2106.4*	.011
Esperança Total	75	24.55	6.01	77	26.31	4.86	2412.4	.080

Teste da Hipótese 5- Os níveis globais da a) confiança interpessoal e da b) esperança, variam em função da estrutura familiar (família intacta versus família não intacta)

Através da análise da Tabela 14, é possível concluir que existem diferenças significativas nos níveis totais de esperança segundo o tipo de estrutura familiar em que os sujeitos se inserem ($U= 1903$; $p= .034$), aceitando-se a Hipótese H5b). Porém, a estrutura familiar não se revelou pertinente na diferenciação dos níveis globais das Crenças de Confiança Interpessoal ($U= 2171$; $p=.397$), rejeitando-se a Hipótese 5a).

Tabela 14. Diferenças entre os totais das escala CGC-A e *Children's Dispositional Hope Scale* em função da estrutura familiar

	Estrutura Familiar						M	p
	Família Intacta			Família Não Intacta				
	N	M	D.P	N	M	D.P		
Confiança I. Total	99	99.87	15.38	48	97.88	14.20	2171	.397
Esperança Total	101	26.09	5.59	48	24.06	5.27	1903*	.034

Teste da Hipótese 6- A confiança interpessoal constitui um preditor da esperança.

No que respeita ao valor preditivo da confiança interpessoal, confirmou-se que esta explica uma variância de 6.9% dos níveis de esperança ($R^2= .069$; $p= .001$) (cf. Tabela 15). Apesar de baixo, este valor é significativo e em termos de resultados padronizados, o seu valor preditivo é de 26,3% ($\beta= .263$; $p= .001$) (cf. Tabela 15). Desta forma, conclui-se que a

confiança interpessoal é uma variável preditora da esperança, confirmando-se a hipótese H6.

Tabela 15. Sumário da Regressão linear para a Confiança Interpessoal

	R	R2	F	B	Sig.
Esperança	.263	.069	10.711	.263	.001
Sig. <.05**					

V – Discussão

Um dos objetivos do presente estudo foi averiguar e explorar a relação entre as variáveis Confiança Interpessoal e Esperança, confirmando-se uma associação positiva entre ambas. Um estudo prévio de Randall e colaboradores (2010) tinha já confirmado uma relação positiva entre a Confiança Interpessoal e variáveis como a autoestima e a experiência de emoções positivas. Outros estudos verificaram correlações positivas entre a esperança, o otimismo e a autoestima (Wong & Lim, 2009; Snyder, 2000). Além da correlação da Confiança Interpessoal e da Esperança com os constructos psicológicos referidos por estudos prévios, ambas as variáveis demonstraram-se positivamente correlacionadas entre si no nosso estudo. Esta relação positiva vai ao encontro da Teoria do Desenvolvimento Psicossocial de Erikson (1950). Segundo este autor, o desenvolvimento do sujeito pressupõe oito estádios, cada um pautado por uma crise psicossocial específica, cuja resolução acarretaria a emergência de uma nova potencialidade (Bordignon, 2006). O primeiro estágio desenvolvimental ocorreria entre o nascimento e os 18 meses, durante o qual o sujeito oscilaria entre uma sensação de confiança *vs* desconfiança, consoante as suas necessidades físicas e psicológicas fossem asseguradas pelo cuidador (Bordignon, 2006). Da gestão positiva que o sujeito fosse capaz de realizar daquela antítese emergiria a esperança. A aquisição da confiança e da esperança, bases das competências que o sujeito adquirirá ao longo do ciclo vital, possibilitaria, assim, o compromisso social e marca o início da sua autonomia (Graves & Larkin, 2006). A investigação contemporânea tem vindo a evidenciar que as características dos diversos estilos de vinculação

experienciados pelo sujeito perpetuam até à sua idade adulta (Hazan & Shaver, 1987, 1990, citado por Simons, Gooty, Nelson, & Little, 2009).

Os resultados obtidos no presente estudo demonstram uma relação positiva e significativa entre as crenças de Confiança nos Pares e a Esperança. Como já referido no enquadramento, entre a média infância e a adolescência as bases da confiança passam a sofrer uma influência progressiva do grupo de pares (Rotenberg, 2001). De acordo com Hartup (1993), a relação com o grupo de pares é o contexto mais importante de desenvolvimento durante a adolescência. Neste sentido, o investimento do adolescente na obtenção de suporte por parte dos pares está relacionada com uma maior confiança nestes, nas suas crenças e opiniões (Zurko, 2011). A interação com o grupo de pares implica proximidade e intimidade, e o seu desenvolvimento é influenciado pelos processos cognitivos do sujeito (Blas, 2007; Harvey, Pauwels, & Zickmund, 2005; Karney, McNulty, & Bradbury, 2003, cf. Stephanou, 2011). De acordo com alguns autores, para percebermos a forma como as crianças lidam com a relação com os seus pares, é importante analisar a Esperança enquanto constructo psicológico (Smith & Kirby, 2000; Snyder, Cheavens, & Sympson, 1997, cf. Stephanou, 2011). O uso crescente do pensamento lógico durante a média infância e a adolescência contribui para o aumento da esperança no planeamento e alcance de objetivos, num contexto social marcado pelos desejos de figuras significantes, tais como os pares (Carr, 2005; Snyder, 2000, citado por Stephanou, 2011). Roberts (2005, citado por Stephanou, 2011) considera que a esperança é um constructo essencial para a compreensão da relação da criança com os outros e das suas ações orientadas para objetivos, tal como desenvolver uma amizade de forma adaptativa.

No presente estudo, as bases da Confiança Interpessoal *Honestidade* e *Fidelidade* revelaram-se correlacionadas positivamente com a Esperança. Deste modo, níveis elevados de Esperança estão associados a crenças elevadas de Fidelidade e Honestidade por parte dos diferentes alvos significativos com quem o sujeito se relaciona- pai, mãe, professores, pares e par amoroso. Apesar das bases da confiança estarem interrelacionadas entre si, são distintas (Rotenberg, Fox, & Boulton, 2009, citado por Randall et al, 2010): A Honestidade diz respeito à crença de que o outro diz a verdade e de que as suas ações têm subjacente intenções benignas e genuínas (Giffin,

1967; Rotenberg, 1991, citado por Rotenberg et al, 2005). A Fidelidade refere-se à crença de que o outro irá cumprir a sua palavra ou promessa (Rotenberg, 1980; Rotter, 1967; Rotenberg et al, 2005a). Deste modo, o desenvolvimento da esperança estará associado ao cumprimento, por parte dos cuidadores, de ações benignas esperadas pela criança. Consequentemente, os dados apurados - de que as bases da confiança relativas à expectativa do sujeito sobre a probabilidade de cumprimento de determinado(a) comportamento/palavra por parte do outro são as que mais fortemente se relacionam com o nível de Esperança - são conceptualmente congruentes. As crenças de que os alvos com quem o sujeito se relaciona cumprirão a sua palavra e agirão de forma benigna poderão ter um papel crucial no desenvolvimento do *self* enquanto instigador causal e mobilizarão a energia motivacional dirigida para a realização dos objetivos, o que fomentará a esperança.

Na análise das diferenças entre os níveis globais das crenças de Confiança Interpessoal em função do género, foi possível verificar que as raparigas apresentam valores significativamente mais elevados do que os rapazes. As investigações prévias têm revelado resultados pouco consensuais e apesar de alguns estudos não terem verificado diferenças significativas entre géneros (Kahn & Turiel, 1988; Rotenberg, 1980; Marques, 2014), aqueles que as verificaram são convergentes relativamente à superioridade dos níveis de confiança entre os sujeitos do género feminino (Rotenberg, 2005a; Bernath & Feshbach, 1995). Estes resultados poderão ser explicados pelo facto das raparigas revelarem uma maior tendência para estabelecer relações mais próximas e íntimas (Rotenberg et al, 2004).

No respeitante à diferenciação do nível global de Esperança em função do género, não foram encontradas diferenças significativas no presente estudo, o que vai ao encontro de estudos prévios (Ritchie, 2001; Snyder et al., 1991).

Os dados obtidos revelaram ainda a inexistência de diferenciação dos níveis globais de Confiança Interpessoal em função da estrutura familiar do sujeito. A família desempenha um papel essencial na construção da saúde emocional dos seus membros, devendo assegurar-lhes proteção e bem-estar (Minuchin, 1982; Osório, 1992). A investigação prévia aponta que, apesar da morte de um dos progenitores ter um impacto na criança, as suas

consequências a longo prazo poderão não ser tão graves como se julgava (Amato, 1994). Embora alguns estudos apontem que o divórcio dos pais tem impacto no desenvolvimento psicológico dos filhos, nomeadamente nos seus níveis de bem-estar (Guidubaldi et al., 1983; Hetherington et al., 1982, citado por Amato, 1994), outros evidenciam que as dificuldades do funcionamento familiar não estão relacionadas com a estrutura familiar em si, mas antes com o relacionamento entre os seus elementos (Grossman & Rowat, 1995, citado por Oliveira, 2008). Neste sentido, as crianças provenientes de famílias monoparentais podem apresentar níveis de bem-estar mais elevados do que as provenientes de famílias intactas com alto nível de conflito (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Assim, a inexistência de diferenciação dos níveis de confiança em função do tipo de estrutura familiar poderia significar a irrelevância de se considerar variáveis meramente estruturais, apontando para a relevância de se atender a variáveis processuais e relacionais. No entanto, no caso da Esperança, verificaram-se diferenças significativas dos níveis globais em função do tipo de estrutura familiar: os sujeitos provenientes de famílias intactas apresentaram níveis mais elevados de esperança do que os provenientes de famílias não intactas. O desenvolvimento da esperança entre as crianças é progressivo e qualquer acontecimento familiar que perturbe a aprendizagem causa-efeito entre eventos pode comprometer a formação da esperança (Snyder et al., 2002b). A capacidade de gerar objetivos e planos de ação assenta no pressuposto de que o mundo é estável e previsível, sendo esta crença responsável pelo incremento e estabilização da esperança. Neste sentido, o divórcio ou morte dos progenitores poderá afetar a estabilidade da criança, bem como a sua capacidade de prever consequências futuras, o que constitui um requisito para o desenvolvimento da esperança. Porém, atendendo a que a amostra utilizada é constituída maioritariamente por crianças provenientes de famílias intactas, recomenda-se que futuras investigações confirmem a diferenciação dos níveis de esperança em função da estrutura familiar através de amostras mais heterogéneas.

A análise dos resultados permite concluir que a Confiança Interpessoal é uma variável preditora da Esperança. Este valor preditivo aponta para a relevância da qualidade dos relacionamentos interpessoais, designadamente ao nível da sua fiabilidade. Ou seja, é evidente a

importância de desenvolver relações interpessoais pautadas pela confiança desde a primeira etapa do ciclo vital, remetendo-nos novamente à Teoria Psicossocial do Desenvolvimento de Erikson (1950). Estas relações deverão visar as três bases da confiança- inicialmente a *honestidade* e mais tarde a *fidelidade* e a *confiança emocional*.

VI – Conclusões

Um dos objetivos do presente estudo foi explorar a relação entre as crenças de Confiança Interpessoal e a Esperança, bem como a relação entre as dimensões de cada uma das variáveis. Através do instrumento CGC-A, foi possível verificar que os sujeitos apresentam níveis de confiança interpessoal elevados, destacando-se o alvo Professor. Este resultado remete-nos para a importância das relações estabelecidas em contexto escolar, indo ao encontro do estudo realizado por Marques (2014). As experiências que a criança adquire na escola influenciam as suas trajetórias na vida adulta, bem como o desenvolvimento das suas competências interpessoais, a sua adesão às regras sociais e a construção de uma auto-imagem positiva (Rodrigues, Dias, & Freitas, 2010). Neste sentido, é essencial que a escola proporcione um contexto responsivo que promova o desenvolvimento das suas potencialidades, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e a diversificação do seu repertório comportamental (Rodrigues, 2005, citado por Rodrigues et al., 2010).

Na análise de correlações entre a CGC-A e a *Children's Dispositional Hope Scale*, é importante destacar a relação positiva entre a Confiança Interpessoal e a Esperança. Desta forma, elevados níveis de confiança interpessoal estão relacionados com uma maior motivação orientada para objetivos (pensamentos agenciais), bem como com a capacidade de gerar planos de ação exequíveis. Sendo a Confiança Interpessoal uma variável preditora da Esperança, realça-se a importância do estabelecimento de relações interpessoais pautadas por confiança emocional, fidelidade e honestidade. É essencial que a confiança interpessoal seja trabalhada desde a infância, designadamente através da vinculação aos cuidadores primários, estendendo-se depois a outros significativos. Estas relações de confiança darão ao sujeito uma base segura para a concretização de objetivos alicerçados na Esperança e, como tal, possibilitarão o seu desenvolvimento e

bem-estar pessoal.

A confiança nos pares revelou-se como a variável mais fortemente associada à Esperança, evidenciando a importância do relacionamento com os pares durante a adolescência. Este tipo de relacionamento possibilita uma exploração ativa de cognições, perspectivas e crenças devido ao seu caráter simétrico sob o ponto de vista hierárquico de domínio, poder e estatuto (Piaget, 1994, citado por Correia, 2013).

As diferenças encontradas nos níveis de confiança interpessoal em função do género dos sujeitos, bem como nos níveis de esperança em função da estrutura familiar, comprovam a importância do estudo das variáveis sociobiográficas. À luz da abordagem ecológica do desenvolvimento, Apter e Conoley (1984, citado por Carvalho, 2008) consideram que cada criança é uma parte inseparável de um pequeno sistema social, o que requer uma avaliação dos fatores ecológicos.

Podem-se considerar limitações desta investigação o tamanho da amostra, bem como o desequilíbrio entre as sub amostras respeitantes aos anos de escolaridade. Outra limitação relaciona-se com a recolha dos dados através de administração coletiva dos protocolos, que dificulta o suporte individual nas respostas aos questionários e acarreta distratores contextuais que poderão influenciar as respostas dos sujeitos. É ainda importante referir que a consistência dos instrumentos é, de modo geral, fraca, e as correlações encontradas são baixas. Desta forma, os resultados devem ser interpretados cuidadosamente.

Consideram-se pontos fortes do presente estudo a contribuição para a validação da escala *CGC-A*, a utilização de variáveis desenvolvimentais nunca antes estudadas nesta faixa etária numa amostra portuguesa e o uso de instrumentos internacionais que permitem comparações transculturais.

Sugerem-se futuros estudos que reanalise a relação entre a Confiança Interpessoal e a Esperança, devido à escassez atual de investigações em torno de ambas as variáveis. Será também importante a averiguação do impacto de outras variáveis sociobiográficas nos níveis de Confiança Interpessoal e de Esperança. Sugere-se ainda a realização de futura investigação com recurso a amostras clínicas- e.g., doentes oncológicos ou amostras específicas- e.g. jovens vítimas de *bullying* ou vítimas de abuso sexual. Seria também interessante estudar o impacto destas

variáveis no comportamento dos jovens em contexto de sala de aula, realizando-se um cruzamento com questionários administrados aos professores

O aprofundamento dos fatores de risco e de resiliência bem como dos diversos constructos associados ao bem-estar pessoal permitirá intervenções mais eficazes. Nesse sentido, é esperado que o presente estudo possa contribuir para uma melhor compreensão dos conceitos de Confiança Interpessoal e de Esperança, bem como da sua dinâmica entre si. É igualmente esperado que seja relevante para futuras intervenções no âmbito do desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais, promovendo o bem-estar das crianças e jovens, e potenciando a aproximação entre o contexto escolar e o familiar.

Bibliografia

Amato, P. R. (1994). Life-span adjustment of children to their parents' divorce. *The Future of Children*, 4(1), 143-164.

Bernath, M. S., Feshbach, N. D. (1995). Children's trust: Theory assessment, development, and research direction. *Cambridge University Press*, 4, 1-19.

Betts, L. R., Rottenberg, K. J., Trueman, M. (2009). The early childhood generalized trust belief scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 24, 175-185.

Bigelow, B. J. (1977). Children's friendship expectations: A cognitive developmental study. *Child Development*, 48, 246.

Bordignon, N. A. (2006). El desarrollo psicosocial de Eric Erikson. El diagrama epigenético del adulto. *Revista Lasallista de Investigación*, 2(2), 50-63.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss. Attachment*, vol 1. New York: Basic Book.

Bryk, A. S. & Schneider, B. (2002). *Trust in schools: A core resource for improvement*. New York: Russell Sage Foundation.

Cardoso, T. (2012) *Confiança interpessoal em crianças e socialização: estudo da sua relação e contributo para a adequação da escala CCCTB para a população portuguesa*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (não publicada).

Carvalho, R. G. G. (2008). A Dimensão relacional da intervenção dos serviços de psicologia nas escolas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 119-124.

Ciarrochi, J., Heaven, P. C. L., Davies, F. (2007). The impact of hope, self-esteem, and attributional style on adolescents' school grades and emotional well-being: A longitudinal study. *Journal of Research in Personality*, 4, 1161–1178.

Correia, J. C. V. (2013). As relações entre pares de jovens adolescentes socialmente retirados. Tese de Doutoramento apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (não publicada).

Curry, L. A., Snyder, C. R., Cook, D. L., Ruby, B. C., & Rehm, M. (1997). Role of hope in academic and sport achievement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 1257-1267.

Dufault, K., & Martocchio, B. C. (1985). Hope: Its spheres and dimensions. *Nursing Clinics of North America*, 20(2), 379–391.

Esteves, M., Scoloveno, R. L., Mahat, G., Yarcheski A., Scoloveno M. A. (2013). An integrative review of adolescent hope. *Journal of Pediatric Nursing*, 28, 105–113.

Flanagan, C. (2003). Trust, identity and civic hope. *Applied*

Developmental Science, 7(3), 165-171.

Furman, W., & Bierman, K. L. (1984). Children's conceptions of friendship: a multimethod study of developmental changes. *Developmental Psychology*, 20, 925-931.

Furman, W., & Buhrmester, D. (1985). Children's perceptions of the personal relationships in their social networks. *Developmental Psychology*, 21, 1016-1024.

Guilman, R., & Dooley, J. (2006). Relative levels of hope and their relationship with academic and psychological indicators among adolescents. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25(2), 166-178.

Graves, S. B., & Larkin, E. (2006). Lessons from Erikson. *Journal of Intergenerational Relationships*, 4(2), 61-71.

Hamid, P. N., & Lok, D. P. P. (2000). Loneliness in chinese adolescents: comparasion of social support and interpersonal trust in 13- to 19- year- olds. *International Journal of Adolescence and Youth*, 8, 45-63.

Harris, J. R. (1995). Where is the child's environment? A group socialization theory development. *Psychological Review*, 102, 458-489.

Hartup, W. W. (1993). *Adolescents and their friends*. In: B. Laursen (eds.), "Close Friendships in Adolescence" 3-22 San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Hendricks, C. S., Hoffman, H. P., Robertson-Laxton, L., Tavakoli, A., Mathis, D., & Byrd, L. (2000). Hope as a predictor of health promoting behavior among rural southern early adolescents. *Journal of Multicultural Nursing and Health*, 6, 6-11.

Hetherington, E. M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: A risk and a resiliency perspective. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 40, 129-140.

Hinds, P. S. (1984). Inducing a definition of 'hope' through the use of grounded theory methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 9, 357-362.

Hutz, C. S., Midgett, A., Pacico, J. C., Bastianello, M. R., & Zanon C. (2014). The relationship of hope, optimism, self-esteem, subjective well-being, and personality in brazilians and americans. *Psychology*, 5, 514-522.

Kahn, E H., & Turiel, E. (1988). Children's conceptions of trust in the context of social expectations. *Merrill-Palmer Quarterly*, 34, 403-419.

Lopez, S.J., Ciarlelli, R., Coffman, L., Stone, M., & Wyatt, L. (2000). Diagnosing for strengths: on measuring hope building blocks. In C.R. Snyder (Eds.). *Handbook of Hope Theory, Measures and Applications* (pp.57-85) San Diego: Academic Press.

Marques, C. A. L. (2014). Confiança interpessoal, aceitação- rejeição parental e solidão na adolescência. Dissertação de Mestrado apresentada na faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (não publicada).

McKnight, D. H. & Chervany N. L. (2006). Reflections on an initial trustbuilding model. In R. Bachmann & A. Zaheer (Eds.). *Handbook of trust research* (pp. 29-51). Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Minuchin, S. (1982). *Familias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Nunnaly, J. (1978). *Psychometric theory* (2ªeds). NewYork: McGraw-Hill.

Oliveira, D., Siqueira, A. C., Dell' Aglio, D. D., & Lopes, R. C. S. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.

Osório, L. C. (1992). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pais Ribeiro, J., Pedro, L., & Marques, S. (2006). Contribuição para o estudo psicométrico e estrutural da escala de esperança (de futuro). In: I. Leal, J. Pais-Ribeiro & S. Neves, (Edts.). *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp.75-81). Lisboa: ISPA.

Pestana, M. L. & Gajreiro, J. N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais*. A complementaridade do SPSS (5ªEds). Lisboa: Edições Sílabo.

Righetti, F. & Finkenauer, C. (2011). If you are able to control yourself, I will trust you: The role of perceived self-control in interpersonal trust. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100, 874-886.

Ritchie, M. A. (2001). Self-esteem and hopefulness in adolescents with cancer. *Journal of Pediatric Nursing*, 16, 35-42.

Ritter, A. L. F. R. (2011). Aprender a ter esperança: construção, implementação e avaliação de um programa para o 4º ano do 1º ciclo de escolaridade. Dissertação de Mestrado apresentada à faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (não publicada).

Rodrigues, M. C., Dias, J. P., & Freitas, M. F. R. L. (2010). Resolução de problemas interpessoais: promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 831-839.

Rotenberg, K. J. (1980). "A promise kept, a promise broken": Developmental bases of trust. *Child Development*, 31, 614-617.

Rotenberg, K. J. (1994). Loneliness and interpersonal trust. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 13(2), 152-173.

Rotenberg, K. J. (2001). Interpersonal trust across lifespan. In N. J. Smesler & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. (pp. 7866-7868) New York: Pergamon.

Rotenberg, K. J., MacDonald, K. J., & King, E. V. (2004). The relationship between loneliness and interpersonal trust during middle childhood. *The Journal of Genetic Psychology*, 165, 233-249.

Rotenberg, K. J., Fox, C., Green, S., Ruderman, L., Slater, K., Stevens, K., & Carlo, G. (2005a). Construction and validation of a children's interpersonal trust belief scale. *British Journal of Developmental Psychology*, 23, 271-292.

Rotenberg, K. J., Boulton, M. J., & Fox, C. L. (2005b). Cross-sectional and longitudinal relations among children's trust beliefs, psychological maladjustment and social relationships: Are very high as well as very low trusting children at risk? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33, 595-610.

Rotenberg, K. (2010). A new scale for assessment of adolescent's trust beliefs. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (247-266). University of Keele: Cambridge University Press.

Rotenberg, K. J., Qualter, P., Holt N. L., Harris, R. A., Henzi, P., & Barrett L. (2014). When trust fails: the relation between children's trust beliefs in peers and their peer interactions in a natural Setting. *J Abnorm Child Psychol*, 42, 967-980.

Rotter, J. B. (1967). A new scale for the measurement of interpersonal trust. *Journal of Personality*, 35, 651-665.

Santos, A. R. S. (2014). *Aceitação-rejeição parental e confiança interpessoal nas relações íntimas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (não publicada).

Simões, M. M. R. (2000). *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (M. P. C. R)*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Especialização em Avaliação Psicológica, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Simmons, B. L., Gooty J., Nelson, D. L., & Littler, L. M. (2009). Secure attachment: implications for hope, trust, burnout, and performance. *Journal of Organizational Behavior*, 30, 233–247.

Stephanou, G. (2011). Children friendship: the role of hope in attributions, emotions and expectations. *Psychology*, 2(8),875-888.

Snyder, C. R., Harris, C. R., Anderson, J. R., Holleran, S. A., Irving, L. M., Sigmon, S. T., Yoshinobu, L., Gibb, J., Langelle, C., & Harney, P. (1991). The will and the ways: developmental and validation of an individual-differences measure of hope. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 570-585.

Snyder, C. R., Hoza, B., Pelham, E. W., Rapoff, M., Ware, L., Danovsky, M., Highberg, L., Rubinstein, H., & Stahl, K. J. (1997). The development and validation of the children's hope scale. *Journal of Pediatric Psychology*, 22(3), 399-421.

Snyder, C. R. (2002). Hope theory: rainbows of the mind. *Psychological Inquiry, 13*, 249-276.

Snyder, C. R., Rand, K. L., & Sigmon D. R. (2002a). Hope Theory. In C. R. Snyder & S. J. Lopez. *Handbook of Positive Psychology* (pp. 257-276). New York: Oxford University Press.

Snyder, C. R., Shorey, H. S. & Rand, K. L. (2002b). Using hope theory to teach and mentor academically at-risk students. In Buskist, W. & Davis, S. F. (Eds). *Hanbook of the Teaching of Psychology* (170-174). Oxford: Blackwell Publishing.

Snyder, C. R. (2000). *Handbook of hope: Theory, Measures, and Applications*. USA: Academic Press.

Swanepoel, S., Botha, P. A., Rose- Innes, R. (2015). Organizational behaviour: exploring the relationship between ethical climate, self-efficacy and hope. *The Journal of Applied Business Research, 31*(4), 1409- 1424.

Szcześniak, M., Colaço, M. & Rondón, G. (2012). Development of interpersonal trust among children and adolescents. *Polish Psychological Bulletin, 43*(1), 50-58.

Sztompka, P. (1999). *Trust: A sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Venning, A. J., Eliot, J., Kettler, L., & Wilson, A. (2009). Normative data for the hope scale using australian adolescents. *Journal of Psychology, 61*, 100–106.

Wong, S. S., & Lim, T. (2009). Hope versus optimism in singaporean adolescents: contributions to depression in life satisfaction. *Personality an Individual Differences, 46*, 648-652.

Way, N., Chu, J. Y. (2004). *Adolescent boys: exploring diverse*

cultures of boyhood. Nova Iorque: NYU Press.

Worrell, F. C., & Hale, R. L. (2001). The relationship of hope in the future and perceived school climate to school completion. *School Psychology Quarterly*, 16, 370-388.

Zurko, M. (2011). Friendship during adolescence: The necessity for qualitative research of close relationships. *Polish Journal of Applied Psychology*, 9(1), 21-38.

Anexos

I. Consentimento Informado

I. Consentimento Informado

